

Amc X Assembleia

CONSTITUINTE

Para o MDB, a tábua de salvação. É uma idéia infeliz para a Arena

Embora Ulysses Guimarães, presidente do MDB, afirme que desconhece qualquer contato credenciado pelo partido, (junto ao Governo, em favor da tese da Constituinte, a verdade é que um número significativo de parlamentares da Oposição se agarra a ela como a tábua de salvação - "a única", nas palavras do Senador sergipano Gilvan Rocha. O Senador Marcos Freire, de Pernambuco, foi quem lançou a idéia, a nível nacional. Para ele, chegar às eleições de '78 sob as atuais regras do jogo, "casuísticas e artificiais", não é importante. "É melhor elaborar logo

uma nova Constituição, de acordo com o desejo popular". A idéia, no entanto, não encontra ressonância na Arena, muito menos no Governo, que já realizou as reformas que pretendia, durante o recesso do Congresso (segundo Francelino Pereira, presidente do partido, e José Bonifácio, líder na Câmara). Se para o MDB a Constituinte é uma tábua de salvação, a Arena pretere encará-la, desconfiada, como um degrau para "objetivos inconfessáveis". De mais a mais, segundo Francelino Pereira, a Arena está infor-

malmente investida de poderes constituintes, já que detém a maioria, conseqüentemente "quorum" para emendar a Constituição sem a ajuda do MDB. O presidente da Arena não admite nem mesmo o diálogo com o MDB, para emendar a Constituição, a não ser em matérias não políticas, como o divórcio. Transformar o atual Congresso em Constituinte é, para o partido do Governo, uma idéia ainda mais absurda que eleger, em '78, um grupo de parlamentares com essa finalidade. Os dois partidos estão falando línguas diferentes.

Presidente Nacional da Arena, Deputado Francelino Pereira, disse que o Governo e seu partido não estão cogitando em convocar uma Assembleia Constituinte e repelem, com veemência, a idéia de transformar o atual Congresso para esse fim, mas admitiu que a atual Carta Magna possa ser alterada em alguns de seus dispositivos, já que no bojo das próprias reformas executadas pelo Executivo, no período de recesso, a mudança do "quorum" aumentou as possibilidades de emendá-la pela via parlamentar. Aliás, a tese de Constituinte ainda não está devidamente explicada pelo MDB - observou Pereira, para acentuar que esse tipo de ação poderá, sem dúvida, provocar radicalização e divisionismo na sociedade brasileira, pois se até agora não foram declinadas as verdadeiras razões da iniciativa oposicionista o fato torna-se estranho, já que o Governo e a Arena, em nenhum momento, a esse tipo de ação emprestarão apoio.

SEM APOIO

Segundo Francelino Pereira, o Governo não admitirá uma Constituinte, muito menos transformando-se o atual Congresso em Assembleia Constituinte, como desejam alguns. A maioria é da Arena e a Arena e o Governo não querem Constituinte - frisou.

Observou, ainda, que o propósito de seu partido é o de partir para as eleições de 1978, "com todo esforço e destemor para que possa, desta maneira, manter a maioria no Congresso". E acrescentou:

Se não há apoio para uma Constituinte, muito menos para o diálogo com a Oposição no sentido de aprovar emendas à Constituição.

Deixou claro, evidentemente, que isso não importará ao fato de que a emenda do divórcio, por exemplo, seja aprovada, já que não há questão fechada em nenhum dos partidos e, por isso mesmo, usufruirá da modificação que foi feita recentemente na Constituição, reduzindo-se o "quorum" de dois terços para maioria absoluta.

"Quem tem medo das eleições?"

Para o líder do Governo na Câmara, Deputado José Bonifácio, "não se cogita de nenhuma Constituinte". O governo não vai chamar partido nenhum para tratar desse assunto e não quer saber do MDB", disse ele, referindo-se às informações de que estariam algumas áreas políticas do próprio Sistema em sintonia para que fosse elaborada uma nova Constituição.

Para Bonifácio não há nada sobre esse assunto tudo não passa de boato. Voltou o parlamentar a insistir a dizer que o sistema bipartidário será mantido, acentuando que o Presidente da República não admitirá nada com relação à mudança do quadro partidário e não concorda, por sua vez, com qualquer tipo de prorrogação de mandatos. "A única prorrogação que será feita - observou - é com relação aos mandatos dos diretórios partidários em todos os níveis".

PRORROGAÇÃO

Quanto à indagação formulada sobre a disposição do Deputado Darcylio Ayres, da Arena do Rio de Janeiro, em apresentar projeto de emenda constitucional prorrogando os mandatos dos atuais deputados e senadores por dois anos, para que haja coincidência de eleições em 1980, disse José Bonifácio:

É uma piada. Ele está brincando. Não se pode legislar em causa própria. O Presidente da República também é contrário a esse tipo de prorrogação, e para que ela seja feita o Congresso teria que ficar novamente em recesso para que o Executivo pudesse promover a mudança. Essa hipótese não acontecerá.

Disse ainda Bonifácio que essa iniciativa não tem o aval da Liderança. "Se por acaso for apresentada alguma proposta nesse sentido, a questão será aberta mas a emenda cairá inevitavelmente".

Sobre os rumores de punição do Senador Paulo Brassard, que realizou pronunciamento analisando os últimos atos do Governo no setor político, Bonifácio murmurou: O Governo não tomou conhecimento do dis-

curso. Agora, ele deve ser forte porque vocês estão até pensando nisso. Vocês vejam, como o Governo tem sido justo quando aplica o AI-5...

"Quem tem medo da vontade popular?"

Recife - O senador Marcos Freire (MDB-PE) afirmou ontem, durante entrevista, ter sido o povo inspirador do MDB na idéia da convocação de uma Assembleia Constituinte, "cabendo no momento, aos detentores do poder, a decisão de satisfazer, ou não, a vontade popular".

A História mostra que quando se derrubou a monarquia, ou mais recentemente, o Estado Novo, foram os militares que exerceram o grande ato legítimo de devolver ao povo o poder de reconstitucionalizar o país. Posteriormente, as Forças Armadas em 64 assumiram a responsabilidade de intervir no processo político, desconstitucionalizando o país - prosseguiu o senador.

A tentativa de constitucionalização empreendida pelo presidente Castello Branco terminou inteiramente frustrada, de tal forma que se pode afirmar inexistir, hoje, Constituição no Brasil. Ora, como em 1945 existiu o anseio de democratizar o Brasil, em 1945 também, sendo sensíveis ao clamor nacional, as Forças Armadas poderão e deverão em nosso entender, praticar o gesto histórico de convocar uma autêntica Assembleia Constituinte.

Sobre o estabelecimento de relações entre a Oposição e os militares, preconizada pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, disse o senador Marcos Freire que isto seria apenas a reafirmação de posições anteriores de que o MDB não tem porque, em sua programação, fazer descabidas distinções entre civis e militares.

Sempre julgamos, inclusive através da tribuna, que todos, paisanos ou fardados, temos não apenas o direito, mas até mesmo o dever de participarmos do processo desenvolvimentista brasileiro. A História do Brasil mostra o papel sempre atuante que vem sendo desempenhado pelas Forças Armadas, influndo nos rumos nacionais. Não se teria, agora portanto, por que negar esse papel - disse Freire.

Lembrou o senador que o MDB, com um programa bem definido que luta por uma saída democrática para o impasse que se vive há muito tempo, deseja é que os militares, uma vez mais, contribuam na busca de soluções que devam ser, necessariamente, democráticas. Dentro deste prisma, segundo ele, o partido está aberto a qualquer nível de diálogo, visando o resguardo dos interesses nacionais e populares.

CANDIDATO MILITAR

Ao comentar a possibilidade do lançamento da candidatura à presidência um militar pelo partido da Oposição, disse o senador que a crise que o país enfrenta é muito mais política que eleitoral e julgou não caber no momento, raciocínio em termos de candidatura ou próximos pleitos.

Se chegarmos a eles, mantidas as atuais regras do jogo, estarão tão revestidos de artificialismo e até mesmo de ilegitimidade que, por isso, o nosso empenho no presente deve ser o de reformular o quadro político que aí está. Aí a própria tese da Constituinte, porque ela, se aceita, implicará no atendimento de uma série de pressupostos que permitiriam uma livre mobilização nacional, sem as peias de um AI-5 ou de uma Lei Falcão.

É evidente que para esse grande veredito popular - voltou o senador a falar na Constituinte - se abririam as condições das grandes correntes de pensamento nacional se fizerem ouvir, ou se representarem. Em tais circunstâncias não teria de se cogitar de candidaturas civis ou militares, mas em teses programáticas bem definidas, indistintamente, por uns e por outros, em torno das quais a nação se pronunciaria.

Sobre as recentes manifestações estudantis disse o senador oposicionista que elas refletem muito bem o estado da alma nacional, "que é de inconformismo e repulsa à estrutura ditatorial de poder atual".

Menos que causa de novas repressões pareceu-me ser feito de repressões pretéritas e presentes, sendo talvez o setor mais sensível da sociedade. É através das manifestações estudantis que começa a explodir a caldeira de pressão, na qual todos nós estamos vivendo.

Segundo Marcos Freire, a circular do ministro Falcão, proibindo as manifestações e passeatas, contribuiu, sobretudo, "para caracterizar mais ainda a ditadura existente no país, em que uma circular do ministro da Justiça põe por terra um dispositivo de natureza constitucional, o direito

Dá bem para aquilatar o ponto a que se chegou no Brasil. Já não é apenas o AI-5 que se contrapõe à Constituição, mas também um "telex" do ministro da Justiça. É, realmente, o caos jurídico elevado à mais alta potência que se pode imaginar.

Sobre as declarações do ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, a jornalistas estrangeiros, de que o Brasil permitiria uma investigação sobre os direitos humanos, desde que se tratasse de uma comissão de alto nível e, a posterior desautorização de sua declaração pelo assessor de Relações Públicas do Planalto, coronel Camargo, comentou Marcos Freire que o fato vem demonstrar "um completo desentendimento na equipe governamental".

Em segundo lugar implica na desautorização do Ministério da Fazenda, que ousou manifestar-se numa área que não era especificamente a sua. Episódio que o levará por certo a demitir - se do cargo que ocupa, pois tiraram-lhe a condição de permanecer no cargo face à dissonância entre seu pensamento e a posição do Governo no campo das violações dos direitos humanos - prosseguiu.

Em terceiro lugar, corrobora com o comportamento oficial anterior de se recusar, o país que assinou declarações internacionais em favor dos direitos humanos, a prestar contas à comunidade internacional que também assinou. Isso, quando o próprio Chile, de Pinochet, começa a admitir a possibilidade de se proceder investigações dentro do seu território, a cargo do organismo e entidades supranacionais - concluiu Marcos Freire.

Ontem à noite, o senador Marcos Freire esteve reunido com lideranças oposicionistas.

Oficialmente, MDB não proeuiou Governo

O Presidente Nacional do MDB, Ulysses Guimarães, afirmou que não estranha que filiados ao Partido estejam participando de conversas sobre a tese da Constituinte, mas fez questão de

frisar que desconhece qualquer contato credenciado pelo Partido - ou mesmo não credenciado, sobre esta matéria, com o governo".

Eu entendo que a idéia da Constituinte não é discriminatória, porque abrange todo o país e suas forças. Uma Constituinte não pode ser obra contra ninguém porque é globalmente a favor da Nação - disse Ulysses, lembrando que "entre as cinco Constituintes que já tivemos, uma foi convocada por Getúlio - a de 1934".

Os líderes na Oposição no Senado e Câmara - Franco Montoro e Alencar Furtado - também disseram desconhecer os contatos sobre o assunto. Indagado a respeito da idéia de uma nova anti-candidatura à Presidência da República, admitida por Alencar Furtado, Ulysses disse que "é difícil emitir opinião com antecedência de mais de um ano".

Segundo o dirigente, a anti-candidatura de 1974 "tinha como terá outra semelhante - um indiscutível significado tático", decorrendo "da impossibilidade de acesso ao poder, em face dos estratagemas inseridos na Lei Eleitoral".

É um movimento de protesto. Sendo assim, a critério de oportunidade é essencial e somente pode ser devidamente ajuizado pelo Partido nas proximidades do pleito. Quanto aos Estados, o juiz da conveniência, naturalmente, é o Diretório Regional. No plano nacional, somente a Convenção Nacional poderá ditar esse rumo.

CONVENÇÃO

A respeito da possibilidade de realização de uma Convenção Nacional pelo Partido este ano, mesmo diante da eminente transformação em lei do projeto que prorroga o mandato dos dirigentes dos partidos, Ulysses afirmou que "essa é uma questão que será decidida pelos órgãos partidários (o Diretório ou mesmo a Executiva)". Isto vai ser examinado em face dos acontecimentos - não só os episódios passados, que traumatizaram profundamente a Nação - como de outros que venham a surgir.

As convenções nacionais dos Partidos, previstas, pela legislação em vigor, para 15 de setembro, teriam por objetivo central eleger os novos Diretórios e Executivas Nacionais. Com a aprovação do projeto prorrogacionista, elas se tornariam dispensáveis.

No âmbito do MDB a previsão é no sentido de um amplo movimento para a renúncia dos atuais dirigentes, a fim de que a Convenção eleja um novo comando partidário, mesmo tendo à frente, mais uma vez, Ulysses Guimarães.